

Liderança no frango

Setor opta por zoneamento sanitário "estadualizado"

O Brasil prossegue isolado na liderança mundial da exportação de carne de frango, tanto em relação às vendas externas deste ano como àquelas acumuladas num período de 12 meses. Em 2003, o Brasil já havia ficado à frente dos EUA, mas apenas na receita. Os embarques se expandem, devido ao câmbio favorável, à abertura de novos mercados, à ocorrência de surtos de Influenza Aviária em várias partes do mundo e à persistência do vírus da Influenza na Ásia.

As exportações para a União Européia podem aumentar, caso a Comissão Européia suspenda os testes exigidos desde janeiro de 2004, depois que diversas partidas de frango importado do Brasil apresentaram positividade quanto a nitrofuranos. Segundo dados preliminares da SECEX, os embarques de janeiro a setembro deste ano totalizam 1,779 milhão de toneladas, 93% do total exportado em 2003. Como a média das exportações dos últimos cinco meses supera em 32% a média registrada nos oito meses anteriores, o indicativo é de um novo patamar de embarques.

Valorização

A razão principal para a diminuição dos embarques norte-americanos está na redução das importações pelos países asiáticos (Hong Kong/China, Coréia do Sul e Japão) e, em menor extensão, pela Rússia. Esse declínio é parcialmente compensado pelo aumento dos negócios com o Canadá e México, este último se tornando o segundo mercado do frango dos EUA.

O declínio dos embarques para a Rússia reflete o impacto das restrições levantadas pela Rússia a vários Estados norte-americanos, nos quais ocorreram surtos de Influenza Aviária neste ano. Mas um outro fator que também influenciou as compras russas foi a grande valorização de preços da carne de frango, especialmente no primeiro trimestre.

Os dois principais fatores que podem influenciar as exportações são: (1) a redução das restrições que a China ora mantém sobre a produção norte-americana, e (2) a redução de preços dos cortes normalmente destinados ao mercado externo, como coxa/sobrecoxa.

A avicultura brasileira propõe para as doenças da Lista "A" da OIE (por extensão, para toda a defesa sanitária avícola) a adoção interna da "estadualização" do sistema, ainda que de forma parcial, seguindo o modelo utilizado pela pecuária de corte, na luta contra a aftosa.

A "estadualização" deverá abranger integralmente os Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e, no Nordeste, apenas o Estado da Bahia. Os Estados remanescentes serão englobados num "circuito" único (Norte/

Brasil: média mensal das exportações - mil toneladas

- maio e setembro de 2004: 222,6
- setembro de 2003 e abril de 2004: 168,2

Exportações de carne de aves (mil t)

Período	Brasil	EUA
Janeiro a julho de 2003	1,100	1,142
Janeiro a julho de 2004	1,316	1,104
Agosto/2003 a julho/2004	2,077	2,190
Janeiro a dezembro de 2004 (*)	2,255	1,951

Fonte: USDA (*) projeção

Surto deixa criação em estado de alerta

Fundada em Paris, em 25 de janeiro de 1924, a OIE - Organização Mundial de Sanidade Avícola está envolvida numa questão séria de sanidade animal, com o atual surto de Influenza Aviária - IA, que se espalha e causa problemas no sudeste asiático. A Tailândia esperava declarar seu território livre da doença, no primeiro semestre deste ano, mas continua a registrar novos e inesperados casos, a maioria absoluta do vírus H5N1. A exceção fica com Taiwan, com o isolamento de vírus do tipo H5N2.

De dezembro de 2003, quando foi oficialmente registrado o primeiro caso do atual surto da doença, a agosto passado, a OIE recebeu nada menos do que 65 diferentes notificações de 11 países. A grande concentração de casos ocorreu em janeiro de 2004, após a chegada do inverno no Hemisfério Norte. No verão, como o vírus permanece fora de controle e em franca disseminação, aumentam as preocupações quanto ao próximo inverno setentrional.

Se a IA causou a morte de um décimo das 300 pessoas com morte provocada pela SARS, o seu controle é diferente e mais complicado, em face de três fatores:

1 - A SARS eclode nas cidades e afeta as populações urbanas. A IA ocorre nas áreas rurais, entre aves. Como os sistemas de vigilância nas áreas rurais são menos eficientes do que nas zonas urbanas e são de mais fácil operacionalidade sobre seres humanos do que sobre animais, o controle da doença fica complexo e impossível.

2 - A indústria avícola tem importância econômica e alimentar para os países asiáticos. Os criadores dependem da atividade e escondem problemas sanitários de notificação obrigatória.

3 - A prevenção e o tratamento da SARS são de responsabilidade do Ministério da Saúde de cada país. No caso da Influenza Aviária, quem responde pela saúde animal são os órgãos dedicados à agricultura. Falta coordenação entre órgãos de saúde pública e de agricultura, na prevenção e no controle da doença.

Em setembro, o encontro anual da HPA, sigla em inglês para a Agência de Proteção da Saúde do governo britânico, trouxe novidades interessantes. Seus técnicos anunciaram o lançamento de dois testes para o diagnóstico da Influenza Aviária em humanos. O primeiro detecta a existência de infecção no espaço de horas (os testes atuais demandam dias). O segundo revela se a pessoa sofreu exposição ao vírus da Influenza.

Os modelos matemáticos para simular a disseminação de doenças como a SARS ou a IA mostram um efeito mínimo na prevenção da doença pelo controle de passageiros e bagagens e pela restrição de trânsito nas zonas aeroportuárias.

Manifesto internacional da FAO e OIE

A epidemia de Influenza Aviária "é uma crise com implicações mundiais", que exige a atenção da comunidade internacional por um bom tempo. Os recentes "novos surtos" da doença na China, no Vietnã, Camboja, na Malásia e Tailândia demonstram que o vírus continua a circular na região e, provavelmente, não será erradicado em curto espaço de tempo. São necessárias mais e urgentes pesquisas, sobretudo, porque ainda não se tem percepção do real papel desempenhado por aves selvagens, patos domésticos e suínos, na transmissão do vírus entre animais.

Embora a detecção precoce e a atuação contra focos tenham evoluído, é preciso melhorar os sistemas de vigilância pró-ativa e de medidas de controle. Um reforço dos serviços veterinários oficiais, em particular, nas áreas de vigilância, alerta sanitário, detecção, notificação e resposta, e, ainda, para a reabilitação e reestruturação da produção avícola (nos aspectos em que ela for afetada).

A publicação de Recomendações para prevenção, controle e erradicação da "Influenza Aviária de alta patogenicidade", na Ásia, faz uma revisão dos fatores a serem considerados no planejamento e na implementação de programas de controle, além de mostrar como os países podem adotar estratégias apropriadas à sua situação individual.

No plano controverso da vacinação das aves contra a Influenza Aviária, o sacrifício sanitário dos animais infectados é a melhor maneira de controlar e estancar a disseminação da doença. Essa política pode não ser prática ou adequada para determinados países, por razões sociais, econômicas, e pelo alto desafio viral presente em vilarejos, devido a aves selvagens ou aves aquáticas. Em tais casos – ressalvam –, os países que queiram erradicar a doença devem utilizar a vacinação complementar, uma política de controle do vírus.

Nordeste) ou também subdivididos em duas regiões (Norte e Nordeste).

Uma vez aprovado o zoneamento sanitário "estadualizado", competirá ao MAPA obter o reconhecimento do sistema pela OIE (Organização Mundial de Sanidade Animal) e, subseqüentemente, por seus países-membros.

Se ocorresse no Brasil alguma doença da Lista "A" da OIE (por exemplo, a Influenza), todo o País teria suas portas fechadas ao mercado externo, porque inexiste internamente qualquer zoneamento de ordem sanitária para a avicultura. Um país de dimensões continentais como o Brasil possui tratamento similar, por exemplo, àquele dado à Holanda, com menos de meio por cento da extensão territorial brasileira (8,5 milhões de km^2 contra apenas 33,9 mil km^2).

Daí a justificativa da luta pelo zoneamento, procedimento que leva ao isolamento exclusivo da área afetada, uma sistemática que está prevista no Código Sanitário de Animais Terrestres da OIE.

Objetivos da regionalização

- Reduzir a vulnerabilidade da produção avícola regional;
- Criar condições para que um eventual foco de doença da lista "A" se circunscreva à região em que este ocorreu, preservando-se a avicultura de outras regiões;
- Assegurar que o risco seja insignificante para as importações de produtos avícolas brasileiros de regiões não afetadas;
- Conscientizar os serviços sanitários dos países importadores a permitirem importações com origem em regiões livres;
- Formar um programa de um conjunto de ações a ser implementado, para alavancar programas de defesa sanitária animal já contemplados no PNSA;
- Definir os tipos de produtos avícolas que continuarão em trânsito (livre ou controlado), em casos de fechamento de uma fronteira estadual;
- Trânsito autorizado: ovos (férteis e de consumo), pintos de um dia (matrizes e comerciais, de corte ou postura) e frangas recriadas (matrizes ou poedeiras);
- Trânsito proibido: aves vivas em geral, que serão sacrificadas dentro do Estado em que foram criadas.